

## ***Pedro Maneta: Mundos do trabalho, identidade nacional***

Ainda que seja possível, ao estudar o passado, isolar os aspectos específicos da vida como se fossem únicos e independentes é óbvio que isso é apenas o modo em que podem ser estudados, não como foram vivenciados. Examinamos cada elemento como um precipitado, mas na experiência vivida do tempo, cada elemento estava em solução, era uma parte inseparável de um todo complexo. E parece ser certo, pela natureza da arte, que o artista retrata essa totalidade, que é na arte, principalmente, que o efeito total da experiência vivida é incorporado e expresso.<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O foco deste estudo é o no 1º Concurso Nacional de Romance e Teatro, para operários, promovido em 1942, pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). O vencedor, na categoria romance, foi Pedro Maneta de autoria de Paulo Lício Rizzo. O estudo dessa obra, bem como de todo o processo de realização do concurso permitirá um acesso privilegiado às imagens e representações do que então se concebia como o mundo do trabalho, o que nele era aceitável e o que não era. Nesse sentido, o estudo desse concurso possibilita, simultaneamente, a discussão sobre aspectos importantes do Estado Novo e seus mecanismos de decisão, bem como do modo como se concebia o trabalhador ideal e tudo aquilo que deveria ser combatido na consecução desse “novo homem” do Estado Nacional. Nesse sentido, o trabalho propõe-se refletir sobre como, no Estado Novo, 1937-1945, conceberam-se os múltiplos aspectos do mundo do trabalho, partindo do pressuposto de que esse é um dos temas centrais para a compreensão dos embates políticos e sociais nas décadas de 30 e 40. Assim, meu objetivo é investigar as complexas conexões entre o mundo do trabalho e os significados atribuídos, por diferentes atores sociais, à identidade nacional e à cultura popular, pilares fundantes do Estado Novo.

### **O CONCURSO**

Em 12 de fevereiro de 1942, a portaria nº 794, assinada pelo então Ministro do Trabalho Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, instituiu o “Concurso Nacional de Romance e Comédia para operários”. Ao que tudo indica, essa foi a primeira vez que o MTIC promoveu um concurso literário, que se repetiria apenas em 1944. O preâmbulo da portaria não deixava dúvidas sobre o objetivo da empreitada.

---

<sup>1</sup> Williams, Raymond. *Drama from Ibsen to Brecht*. London, Hogarth press, 1987, p. 18.

O ministro do estado, considerando que entre os mais altos objetivos do ministério do trabalho, indústria e comércio está o da elevação cultural dos trabalhadores do Brasil através de uma ação educadora e de uma assistência intelectual. Que ao homem que luta nas fábricas e nas oficinas para o desenvolvimento das forças e riquezas do país, nunca ou raramente se dirigiram as manifestações literárias acenando-lhe às esperanças e refletindo seus ideais; Que será da mais inteira justiça acentuar, através de obras literárias e peças de teatro as altas qualidades de bondade, energia e inteligência do trabalhador brasileiro, bem como sua capacidade e seu idealismo; Que romance e comédia são dois veículos poderosos para a difusão das ideias e constituem, ao mesmo tempo, uma das mais nobres atividades nas horas de repouso e lazer; Que incumbe ao MTIC não só o equilíbrio social e o melhoramento das condições de trabalho, mas, ainda, o aperfeiçoamento cultural do trabalhador...<sup>2</sup>

O concurso literário tinha uma intenção educadora e uma finalidade assistencial. Apresentava-se também, como uma retribuição àqueles que “produziam as riquezas do país”, mas nunca teriam sido agraciados com as “manifestações culturais”. O concurso era pensado, claramente, com o objetivo de incrementar e intervir nas atividades de lazer dos operários, e nada mais adequado para a sua “elevação cultural” do que inseri-los no espaço do qual se supunha estarem ausentes: literatura e o teatro. Desse modo, esperava-se dos concorrentes que fossem capazes de dar voz às esperanças e anseios dos trabalhadores brasileiros, debatendo suas ideias, divulgando seus valores, apreciando seus sentimentos, refletindo seus ideais e, assim, engrandecendo suas experiências. De forma inequívoca a portaria ministerial esclarecia que não se tratava de enaltecer e apreciar quaisquer valores e ideias oriundas das classes trabalhadoras, mas apenas aqueles que enfatizassem a “bondade, energia, inteligência e idealismo”. À literatura e ao teatro cabiam: exprimir os valores da classe trabalhadora e servir-lhes como estímulo e incentivo na medida em que ressaltassem e dessem forma artística às suas esperanças e anseios. Os termos da portaria aludem a certo desamparo e a possibilidade da disseminação de ideias desorientadoras no meio operário, justificando a ação do ministério. Há, também, o reconhecimento do estado de abandono cultural ao qual estariam relegadas as classes trabalhadoras, por isso o desejo de reverter esse desamparo com a difusão de ideias e valores – “bondade, energia e inteligência” – supostamente naturais, mas talvez adormecidas no trabalhador brasileiro. A escolha da literatura e do teatro como veículos para a difusão de ideias e valores apropriados parece ter sido ponderada com cuidado, visando, ao mesmo tempo, moldar a cultura e intervir no lazer.

O concurso de romance e teatro deu início a uma série de promoções culturais e esportivas dirigidas aos trabalhadores que culminaram na criação, em setembro de 1943,

---

<sup>2</sup> Boletim do MTIC n° 91, março de 1942, ano VIII p. 74/77.

do *Serviço Nacional de Recreação Operária*. Dentre outras iniciativas, promoveu os concursos da canção e da cartilha do trabalhador, excursões, torneios de futebol e sessões de cinema.<sup>3</sup> Subordinado ao MTIC, e ligado à comissão de imposto sindical, o serviço de recreação, com recursos oriundos do imposto sindical, tinha a tarefa de unificar e ampliar as iniciativas culturais e esportivas dirigidas aos trabalhadores. O concurso de romance e teatro é, portanto, parte de uma série de ações que se desdobrariam até 1945 e que podem ser pensadas como componente fundamental daquilo que foi denominado “a invenção do trabalhismo”.<sup>4</sup> É possível conjecturar também que uma das razões para a criação do concurso literário fosse o receio da possibilidade, no contexto de conflito ideológico desencadeado pelo início da guerra, da disseminação de ideias “desorientadoras”, entre os operários. Nesse sentido, o concurso de romance e teatro (bem como todas as promoções culturais e esportivas do S.R.O), pode ser interpretado como a assunção de que a simples força da repressão e do controle direto estaria com seus dias contados.

Em dezembro de 1941, o advogado paulista Alexandre Marcondes Filho, foi nomeado ministro do trabalho, posto que ocupou até a deposição de Getúlio em outubro de 1945. Por um lado, a gestão Marcondes Filho representou o ápice do projeto estado novista, com um forte empenho em definir e controlar os canais através dos quais seriam discutidos os problemas relacionados à organização da produção e do trabalho; por outro, os anos da guerra – e mais especificamente o envolvimento de todo o continente, a partir de dezembro de 1941 – evidenciaram os limites desse projeto e colocaram no horizonte o seu fim. É nesse contexto ambíguo que o empenho na promoção de atividades culturais e de lazer para os trabalhadores adquire pleno significado. É possível, inclusive, sugerir que entre 1941 e 1945 as promoções relativas aos trabalhadores e ao mundo do trabalho assumiram aspecto central na redefinição do próprio regime. Isso está expresso na nomeação, do mesmo Marcondes Filho, em julho de 1942, para ocupar também o Ministério da Justiça, centralizando as duas pastas.

O concurso foi aberto para todos os interessados, escritores profissionais ou não. A linguagem devia ser simples, para ser “acessível aos meios proletários”, mas com

---

<sup>3</sup> Uma excelente descrição do funcionamento do *S.R.O* está em Bretas, Ângela. *Nem só de pão vive o homem: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária, 1943-1945*. Rio de Janeiro. Apicuri, 2010.

<sup>4</sup> Gomes, Castro Ângela. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro. Vértice/Iuperj, 1988.

“alto padrão estético e educativo”. Os problemas abordados (para os quais o MTIC dispensou especial atenção na redação da portaria) deveriam ter um claro sentido construtivo de “sadio otimismo e animação das virtudes humanas”. Os escritores poderiam se inscrever em ambas as categorias: romance e teatro. Os originais datilografados seriam enviados em envelope lacrado e rubricado com um pseudônimo. Em outro envelope, também lacrado, estaria registrado o nome e endereço do autor correspondente ao pseudônimo. Os originais seriam enviados para a sede MTIC, no Rio de Janeiro, e seriam recebidos até 1º de setembro de 1942. Em seguida, seria iniciada a fase de avaliação dos trabalhos, para a qual o ministério convidaria “nomes conhecidos da literatura, jornalismo e teatro e um representante dos sindicatos de empregados”. O romance vencedor – cujo resultado final seria divulgado em 10 de novembro no quinto aniversário do Estado Novo – seria publicado em edição popular e distribuído para todos os sindicatos do território nacional. A peça de teatro, além da mesma distribuição impressa seria montada por uma trupe contratada pelo Ministério e encenada em turnê pelo território nacional. Seriam impressos dez mil exemplares de um livro reunindo os vencedores nas duas categorias: romance e comédia; além destes, seriam impressos outros mil exemplares em papel *vergé*, sendo os dois primeiros marcados com as letras A e B e os noventa e oito restantes numerados de 1 a 98 e colocados fora de circulação – embora não se especifique sua destinação supõe-se que tenham sido distribuídos pelo ministério.<sup>5</sup>

Para cada categoria, romance e teatro, o concurso previa três prêmios: o primeiro lugar, receberia de 20.000\$0; o segundo e terceiro, 5.000\$0 cada um. Além dos prêmios em dinheiro, haveria também três menções honrosas para cada categoria, cujos prêmios seriam medalhas de ouro. Todos os prêmios receberam nomes que homenageavam os responsáveis pela construção e consolidação do Ministério do Trabalho. O primeiro prêmio, na categoria romance, recebeu o nome Getúlio Vargas, na categoria teatro, Darcy Vargas. Os segundos e terceiros prêmios seriam, respectivamente: Lindolfo Collor e Salgado Filho, Agamenon Magalhães e Waldemar Falcão. As medalhas de ouro, por sua vez, homenageariam os seis institutos de aposentadoria e pensões das classes trabalhadoras: bancárias, comerciários, estivadores, industriários, marítimos e

---

<sup>5</sup> Essa informação encontra-se na contracapa de todos os exemplares postos em circulação.



transportes de cargas. Por fim, para as finalidades de direito autoral, o MTIC reserva-se os direitos comerciais e de filmagem das respectivas obras.<sup>6</sup>

Em 24 de agosto de 1942, argumentando que a participação havia sido maior o que as expectativas e que havia uma demanda pela prorrogação dos prazos para entrega dos originais, uma nova portaria ministerial estendeu até 15 de setembro a data para recebimento dos originais; e tornou pública a comissão julgadora, constituída por onze membros, sua presidência coube ao próprio ministro Marcondes Filho, seguido de Oswaldo Orico, e Viriato Corrêa, indicados pela academia brasileira de letras. Mário Nunes e Rafael Barbosa, indicados pela associação brasileira de imprensa. Benjamin Lima e José Lins do Rego, indicados pelo sindicato nacional de empresas editoras de livros e publicações culturais. Luiz Peixoto e Henrique Pongetti, indicados pela sociedade brasileira de autores teatrais; A. G. de Oliveira Neto e Brígida Timóteo, indicadas diretamente pelo gabinete do MTIC, para secretariar cada uma das duas comissões.<sup>7</sup>

Na categoria literatura, o primeiro lugar foi dado ao jovem paulista Paulo Lício Rizzo, pelo romance *Pedro Maneta*. Na categoria teatro as vencedoras foram Maria Luíza Castelo Branco e Leda Maria de Albuquerque com a peça “*Julho, 10!*” Tanto o romance quanto a peça problematizavam um amplo conjunto de temas acerca da sociedade brasileira desde o advento da República, discutiam-se as políticas migratórias; a intricada composição étnico-cultural da sociedade brasileira; as relações

---

<sup>6</sup> Todas as referências ao concurso promovido pelo MTIC estão em processo nº 5.302 MTIC de 1942. *Boletim do MTIC* nº 91, março de 1942, ano VIII, p. 74/77.

<sup>7</sup> *Boletim MTIC* setembro de 1942, nº 97, ano IX p. 80/81. Oswaldo Orico, aos 36 anos, ingressou na Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 10, na sucessão de Laudelino Freire. Viriato Correia, foi jornalista, contista, teatrólogo e autor de histórias e livros infantis. Ocupou a cadeira 32 da academia brasileira de letras. Mário Nunes dedicou a vida jornalística ao teatro, foi colunista do *Jornal do Brasil*, sendo por décadas o principal crítico teatral do jornal. Rafael Barbosa, ao que tudo indica, funcionário de carreira ligado à Academia brasileira de Letras. Benjamin Lima, foi teatrólogo, crítico literário, advogado, professor e jornalista. Foi um dos fundadores da *Academia Amazonense de Letras*. José Lins do Rego Cavalcanti, ingressou no Ministério Público como promotor em Manhauçu. Em Maceió, tornou-se colaborador do *Jornal de Alagoas* e passou a fazer parte do grupo de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Jorge de Lima, Valdemar Cavalcanti, Aloísio Branco e outros. Ali publicou o seu primeiro livro, *Menino de engenho* (1932), o livro mereceu o Prêmio da Fundação Graça Aranha. Em 1933 publicou *Doidinho*, o segundo livro do “Ciclo da Cana-de-Açúcar”. Luiz Carlos Peixoto de Castro, foi teatrólogo, poeta, pintor, caricaturista e escultor. Teve várias atividades paralelas ao teatro, trabalhando em jornais e revistas, como redator e caricaturista. Henrique Pongetti, jornalista e dramaturgo. Escreveu para grandes atores como Procópio Ferreira, Manuel Pêra, Raul Roulien e Jaime Costa, nas décadas de 40 e 50. Foi também responsável pelos roteiros dos filmes *Grito da Mocidade* e *Favela dos Meus Amores*, esse último dirigido por Humberto Mauro. Assinou por trinta anos uma coluna com crônica diária no jornal *O Globo*, e dirigiu a revista *Radiolândia*. A. G. de Oliveira da Neto e Brígida Peixoto, possivelmente funcionários de carreira do MTIC, tiveram o papel de secretar as duas comissões.

de trabalho, com seus complexos jogos de força; as multifacetadas e difíceis relações entre trabalhadores nacionais e estrangeiros; as relações entre patrão e empregado; o papel da representação política, os dilemas econômicos; os impasses sociais acerca da modernidade brasileira; a tessitura do sistema corporativo e suas várias ambiguidades entre campo e cidade; os percalços para a constituição do “homem novo”; as várias faces da cultura popular, seja entretendo ou potencializando o advento do progresso. Enfim, em suas páginas estavam elencados os múltiplos arranjos da construção da identidade nacional. De modo geral, as discussões giram em torno de quais seriam os valores apropriados à sociedade brasileira e quais os que devem ser rejeitados. Ficam evidentes e explícitos a valorização dos termos nos quais se assentava o Estado Novo.

### ***O ROMANCE***

*Pedro Maneta* tem um enredo simples, centrado na vida da família Martinez de 1910, quando deixam a Espanha, pelo porto de Barcelona, ao início dos anos 1940 quando, finalmente, têm seus direitos sociais reconhecidos pelo Estado Novo Brasileiro. O problema central do romance é, portanto, o contraponto de um tempo histórico, marcado pelo liberalismo, que abandona os trabalhadores à própria sorte sem amparo e proteção; e de outro, em que eles são finalmente protegidos por uma legislação avançada que os incluiu no universo dos direitos sociais.

A narrativa tem início em julho de 1910 quando a família Martinez se instala no bairro paulistano da Mooca. Os irmãos João e Augusto Martinez, D. Encarnação, mulher de João, e o pequeno Pedro Martinez, filho do casal. A família Martinez havia feito, na verdade, um trajeto mais tortuoso, mas não incomum, antes chegar ao bairro da Mooca. João e Augusto haviam se separado, ainda no porto de Barcelona, com o acordo de que, no menor espaço de tempo, aquele que estivesse em melhores condições financeiras chamaria o outro. Augusto seguiu para São Paulo e João para Buenos Aires. João era um exímio tecelão e Augusto como eficiente trambiqueiro. Com a morte da esposa de Augusto, D. Aurélia, os irmãos se reuniram na capital Argentina, mas devido ao clima frio da cidade, e às seguidas crises de asma de Augusto decidiram imigrar para o Brasil. Em São Paulo, a família instalou-se no bairro operário da Mooca, onde as moradias eram mais baratas e as fábricas têxteis cada vez mais numerosas. Aos quarenta anos João, um tecelão muito experiente, começava vida nova no Brasil. A passagem

pela Argentina, comum a diversos imigrantes espanhóis foi, em vários aspectos, um preâmbulo à trama do romance.<sup>8</sup> A história começa, de fato, no início dos anos 20, quando o jovem Pedro, o protagonista, então com dez anos de idade, é levado pelo pai para trabalhar como aprendiz de tecelão. Nesse aspecto, os Martinez não foram exceção, a proletarização era uma experiência que envolvia toda a família. Era comum que todos os membros da família trabalhassem na mesma fábrica, as crianças sendo levadas pelos pais, de tal modo que as ações e comportamentos de um afetava todos os demais. Assim, a experiência fabril se tornava uma referência para toda a família e um balizamento para a constituição da identidade, tanto individual quanto coletiva.<sup>9</sup>

O recorte temporal operado pelo romance permite, sobretudo, destacar as transformações operadas na sociedade brasileira entre os anos 20 e 40. Esse é um recorte transversal que divide o romance em duas partes quase simétricas. Enfatizando o contraponto entre o *antes*, um momento de “total” ausência de preocupações sociais, e o *depois*, no qual elas ocupam o “lugar central” nos debates políticos. Portanto, cada personagem é construído com características universalizadoras capazes de retratar, com grande força imagética e simbólica, os dissabores da sociedade liberal brasileira, que a construção do *Estado Nacional* viria resgatar. Cada cena descrita, cada passagem e cada conflito reiteram essa polaridade e têm o objetivo de reforçar as discrepâncias: de um lado, o abandono dos pobres à própria sorte; de outro, a constituição do “homem novo”, protegido e amparado pela mais sofisticada legislação social que o país já teve.

---

<sup>8</sup> Os espanhóis responderam por 22% dos cerca de 5 milhões de imigrantes entrados no país entre 1820 e 1930. Do total de emigradas para as Américas o Brasil recebeu “apenas” 15% do total. Mas o maior fluxo se dirigiu à Argentina, cerca de 36%, e Cuba, cerca de 25% do total. A origem dos espanhóis entrados no Brasil varou ao longo do tempo. Antes de 1910, a maioria provinha das regiões costeiras do norte e leste do país: galegos, bascos navarrenses. O segundo maior grupo provinha de postos mediterrânicos: Barcelona, Valência a Málaga. Em 1910, esse fluxo se altera com a proibição, pelo governo espanhol, dos contratos subsidiados. Uma característica singular da imigração espanhola, presente na família Martinez, é entres os anos de 1910/1920 23% dos espanhóis entrados no porto de Santos, provinham ou da Argentina ou do Uruguai. Ao mesmo tempo, 47% dos espanhóis que deixaram o Brasil se dirigiram para os mesmos países, número igual aos que retornavam à Espanha. Isso pode sugerir que, mais do que outros grupos de imigrantes, os espanhóis circularam intensamente pelas Américas. Para mais informações ver Klein, Herbert. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo. Sumaré/fapesp, 1994, p. 35-64.

<sup>9</sup> "O que parece ocorrer não é a proletarização de indivíduos, mas a proletarização de toda a família, através do assalariamento de todos os seus membros válidos. Compelidos ao mercado de trabalho, os membros da família trabalhadora parecem ter adaptado suas formas referenciais de organização familiar às características do mercado de trabalho comandado pela indústria, e isso se deu de forma diferenciada, segundo as características de cada mercado de trabalho regional". Paoli, Maria Célia. *A Família Operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil*. São Paulo, USP, mimeo, 1984, p. 14.